

CONSTRUÇÃO E VIVÊNCIAS DE UMA PROPOSTA CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Márcia Patrícia Barboza de Souza¹

RESUMO

O que se pretendeu com este trabalho foi analisar a Proposta Curricular de Língua Portuguesa, da Secretaria de Educação de Juiz de Fora (PCLP/SE-JF), desde a sua formulação até sua implementação nas escolas, utilizando o viés teórico da abordagem do ciclo de políticas, formulada na década de 1990, por Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais, cujos trabalhos foram marcados pela influência da sociologia da educação de Basil Bernstein. Ao tratarmos da abordagem do ciclo de políticas, devemos estar cientes de que esta não se trata de uma descrição da política adotada, mas, sim de um método dinâmico e flexível, que nos possibilita pensar e analisar como tais políticas são elaboradas e (re) interpretadas pelos profissionais que as utilizam. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é primeiramente apresentar os fatores e/ou aspectos que influenciaram direta e/ou indiretamente a elaboração de uma nova proposta curricular para a rede municipal de ensino de JF. Em seguida, expor de forma relacional o contexto de produção desse documento, considerando sua interligação com o contexto de influência. Ao final, apresentar os aspectos que constituíram o contexto da prática, espaço onde se focaliza a figura do professor como agente curricular, analisando também a relação dessa prática curricular com os contextos de influência e de produção, uma vez que a PCLP/SE-JF se configurou em um processo contínuo de construção coletiva.

Palavras-chave: Ciclo de políticas, Proposta curricular, Contexto de Influência, Produção, Prática.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a Proposta Curricular de Língua Portuguesa, da Secretaria de Educação de Juiz de Fora (PCLP/SE-JF), desde a sua formulação até a fase de implementação nas escolas, utilizando o viés teórico da abordagem do ciclo de políticas, formulada na década de 1990, por Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais, cujos trabalhos foram marcados pela influência da sociologia da educação de Basil Bernstein.

A utilização desse enfoque no contexto brasileiro no campo de pesquisas educacionais ainda é bastante nova. Segundo Lopes e Macedo (2011), o ciclo de políticas começou a ser introduzido em pesquisas sobre políticas de currículo a partir do ano 2000, contrapondo-se aos tradicionais estudos que, geralmente, traziam as análises de pesquisas curriculares voltadas

¹ Professora da rede estadual de MG e da rede municipal de Juiz de Fora-MG; Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP); marciapatrici@yahoo.com.br

mais em descrever documentos baseados em seus textos, sem considerar todo o processo que envolve sua construção.

Ao tratarmos da abordagem do ciclo de políticas, devemos estar cientes de que esta não se trata de uma descrição da política adotada, mas, sim de um método dinâmico e flexível, que nos possibilita pensar e analisar como tais políticas são elaboradas e (re) interpretadas (MAINARDES e MARCONDES, 2009).

O objetivo de Bowe e Ball (1992) com esse estudo do ciclo de política é entender as políticas de modo que seja considerado o compromisso com a justiça social. Todo esse processo político já havia sido caracterizado por Bowe e Ball (1992) como um ciclo contínuo, composto pelo que os autores identificaram por três facetas políticas: a política proposta, a política de fato, e a política em uso. Cada uma com sua caracterização específica, na qual a política proposta apresentaria a política oficial, cuja disputa de espaço e poder envolveria governos e escolas; a política de fato, constituída pelos documentos legais que a configuram; e a política em uso, relacionada diretamente com o contexto de sua implementação (MAINARDES, 2006).

Bowe e Ball, no entanto, acabaram rompendo com essa concepção, pois entenderam que se tratava de uma concepção rígida para delinear o ciclo de políticas. Apresentaram, então, uma nova formulação desse ciclo, formado por contextos interligados e *alineaes*, que dialogam e movimentam-se de forma dinâmica (BOWE *et al*, 1992). Outra característica marcante nessa abordagem é a preocupação que os autores possuem com a recontextualização das políticas em seu aspecto micro, ou seja, nas escolas.

Ao tomar a PCLP/SE-JF como objeto de pesquisa, a intenção foi analisar todo o movimento de constituição dessa nova proposta, buscando, na perspectiva do ciclo de políticas de Ball, compreender os discursos formados, a recontextualização desses discursos em texto oficial e a (re) interpretação desse texto na prática curricular.

Apesar de entender que a abordagem do ciclo contínuo de políticas rompe com a ideia de linearidade, procuro descrever os aspectos marcantes em que se deu cada contexto apresentado, ressaltando as inter-relações que se evidenciaram ao longo desse processo.

A PCLP da SE/JF é um documento cujo processo de construção se deu por meio da colaboração de profissionais da rede municipal, entre eles gestores, coordenadores e professores. Durante o tempo em que se discutiu a respeito dos conceitos e teorias a serem usados no documento, foram formados dois grupos de discussão: o grupo interno (entre consultoras da UFJF e equipe da Secretaria de Educação) e grupo externo (entre consultoras,

equipe da SE e profissionais – principalmente professores); ambos objetivando um processo de construção claro, didático e com a responsabilização de todos os envolvidos, para que pudessem se reconhecer no documento, ao ser implementado no contexto escolar.

Dessa forma, podemos entender e considerar que as políticas são resultantes de acordos, que podem ou não funcionar, dependendo das articulações, associações e releituras que são feitas nos diferentes contextos nos quais se realizam (DIAS, ABREU e LOPES, 2012, p. 205).

METODOLOGIA

Para constituir o campo de pesquisa deste trabalho, foram analisados os documentos curriculares nacionais e locais que circulam em nosso país, de forma a entrecruzar as ideologias e concepções que neles são abordadas. E, por meio da revisão bibliográfica, foi possível definir categorias teóricas em relação ao ensino de Língua Portuguesa no Brasil, à formação das políticas curriculares e ao ciclo de políticas.

O objetivo foi compreender como se delineou o caminho de construção da PCLP, da rede municipal de ensino de Juiz de Fora, observando e analisando tal proposta curricular, desde o início de sua elaboração até sua chegada às escolas, tendo como aporte teórico o ciclo de políticas de Ball, que também servirá como base de análise dos dados levantados.

Para analisar a trajetória dessa política curricular, a investigação focou três contextos do processo de sua constituição (contexto de influência, contexto da produção, contexto da prática), envolvendo análise documental da PCLP e de outros documentos que foram construídos ao longo das reuniões (como os slides produzidos pelo grupo de consultoras), além das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa, envolvendo uma das consultoras da UFJF e duas especialistas da SE (que participaram ativamente desse processo de construção curricular da rede).

INICIANDO AS DISCUSSÕES - A PCLP em seu contexto de influência

A rede municipal de ensino de Juiz de Fora apresenta uma trajetória de reforma curricular semelhante ao que ocorreu em muitas redes de ensino estaduais e municipais brasileiras, tendo como diretriz conceitual os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1998.

A ideia de elaborar um novo documento curricular de Língua Portuguesa surgiu pela necessidade de indicar uma direção ao trabalho docente, tendo como um dos motivos o baixo

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

desempenho dos alunos verificado nos resultados das avaliações externas da rede municipal, nos anos 2005-2007. Aliado a isso, a existência de uma proposta curricular de LP da rede municipal de ensino (de 2001) privilegiava a gramática normativa e suas regras, daí a necessidade de uma mudança na concepção de linguagem, objetivando a atual, que está baseada na interação, tendo os gêneros textuais como objeto de ensino.

A PCLP traz uma concepção de aprendizagem baseada nos pressupostos do sociointeracionismo de Vygotsky (2008), nos quais a interação entre os sujeitos é mediada pela linguagem e, por meio da apropriação da linguagem, o indivíduo constrói sua percepção de mundo e sua identidade. Dessa forma, o discurso passa a ser a unidade comunicativa da língua, elegendo como objeto de ensino os textos orais e escritos, materializados em diferentes gêneros (JUIZ DE FORA, 2012).

No entanto, trazer as concepções de gêneros discursivos de Bakhtin para a área do ensino da língua necessitou de um aporte teórico que acabou sendo feito por diversos estudiosos do tema, entre eles os do grupo de Genebra, formado por Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz e seus colaboradores, os mais conhecidos e citados em pesquisas educacionais no Brasil (ROJO, 2008).

A perspectiva teórica do grupo de Genebra ampliou ao âmbito escolar a proposta de se trabalhar com diferentes gêneros de textos, reconhecendo-os como um relevante instrumento de caráter sócio-histórico no processo de ensino-aprendizagem dos alunos (BORGES, 2012). Essas concepções trouxeram novas formas de pensar o currículo escolar de Língua Portuguesa, uma vez que se contrapunha às concepções tradicionalistas de ensino da língua, que focavam apenas seu conhecimento estrutural.

O estudo comparativo de Borges (2012), focalizando duas correntes teóricas sobre os gêneros textuais – do Grupo de Genebra e do Grupo sociorretórico dos EUA – indicou que os pesquisadores brasileiros têm uma maior preferência pela perspectiva de ensino da língua proposta pelo grupo de Genebra. Outra observação feita por Borges indica que esse “paradigma genebrino” se estabeleceu no contexto curricular brasileiro por “responder ao anseio de como ensinar melhor, mais eficientemente”, numa tentativa de diminuir as deficiências de leitura e escrita apresentadas nas avaliações externas brasileiras (p. 137).

Toda essa influência do campo epistemológico da teoria dos gêneros discursivos/textuais presente nos PCN/1998 fez parte dos discursos apresentados já na primeira versão da PCLP/SE-JF, pela equipe de comissão, que foi submetida à apreciação dos gestores

escolares, coordenadores pedagógicos e docentes, e discutida nos três seminários realizados para este fim.

A comunidade acadêmica pode ou não, por meio de seus estudos e suas pesquisas, legitimar e viabilizar a implementação de um documento curricular, colocando-se no papel de mediadora entre o binarismo muitas vezes formado entre teoria e prática, uma vez que ela está dotada de conhecimento científico para isso.

Esses fatores é que levam a percepção de como foi sendo constituído o contexto de influência da nova PCLP/SE-JF, já que é nesse contexto em que a política se inicia e onde os discursos são construídos. Também é nele que se percebe a ação dos grupos de interesse, que travam uma relação de poder para legitimar conceitos e, assim, obter controle sobre o discurso político.

Em 2009, ano em que se iniciou a ideia de um novo documento curricular para a rede municipal de ensino, a Secretaria de Educação iniciava um novo período de administração, que durou até 2012, tendo à frente uma Secretária de Educação com formação em Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação, atuando principalmente com temas de Avaliação, Educação e Desempenho.

É relevante destacar essa formação e conhecimento acadêmicos da Secretária, pois estes são fortes indícios que também ajudam a compreender como ocorreu o processo de construção do novo documento curricular e da perspectiva adotada pela equipe da comissão. Em entrevista concedida a Souza e Magalhães (2011, p. 83-84), a referida Secretária comentou sobre o processo de construção curricular da rede municipal de ensino, afirmando que o formato preliminar da proposta objetivava sua construção contínua, adequando-a à realidade escolar, com participação ativa dos docentes.

Segundo a pesquisa feita aos vinte trabalhos publicados na CAPES, cerca de oito novas propostas de diferentes cidades ou estados brasileiros trabalhavam sob essa mesma perspectiva de currículo aberto às discussões, mesmo em sua fase de implementação nas escolas. Essa perspectiva se relaciona com o que Ball (BALL e MAINARDES, 2011) sugere sobre não haver hiato entre elaboração – implementação curricular.

A questão do formato de discussão coletiva que se desenvolveu na PCLP também pode ser considerada um fator marcante no contexto de influência, pois registra a tendência de se trabalhar coletivamente o currículo, assumindo a concepção do binômio curricular, no qual as políticas e práticas de decisão curricular devem territorializar-se (ROLDÃO, 1999).

Reconhecendo que as políticas curriculares são representativas de um complexo ‘duelo’ entre diferentes vozes originadas tanto do poder oficialmente instituído quanto dos sujeitos que são capazes de intervir neste campo, passo agora a descrever de forma analítica e inter-relacional o contexto em que se deu a produção textual da PCLP/SE-JF.

Entrecruzamento das vozes - A PCLP em seu contexto de produção textual

Para a análise do campo contextual, no qual se desenvolveu a produção da nova proposta curricular de Língua Portuguesa da rede municipal de Juiz de Fora, buscou-se reconhecer a política como texto e discurso, identificando na proposta o estilo de texto *writerly*, conceituado assim por Roland Barthes.

A elaboração de uma política curricular reflete a linguagem de interesse público mais geral do grupo que a influenciou e que será o resultado das disputas e acordos que foram traçados em seu contexto de influência, mas que, ainda assim possui suas limitações.

A política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos em relação ao tempo e ao local específico de sua produção. Os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política. Assim, políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades (MAINARDES, 2006, p. 97).

Durante o processo de elaboração da nova proposta curricular, a equipe da SE realizava estudos internos junto com a Consultora, pesquisando em outros currículos estaduais ou municipais as concepções e perspectivas que eram apresentadas, muitas vezes agregando essas ideias ou adequando-as à PCLP, em outras descartando-as, por não se adequarem ao proposto pela equipe. Um material bastante utilizado, segundo as entrevistadas, foi o do PRÓ-LETRAMENTO², que muito contribuiu com os temas que permearam as discussões desse grupo.

Segundo a Consultora, a formação desse grupo de estudos interno foi necessária para abastecer teoricamente a equipe de elaboração da proposta, de forma a garantir o conhecimento prático associado à teoria. As tarefas de leitura eram divididas entre cada participante, de acordo

² O Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação - é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios. Podem participar todos os professores que estão em exercício, nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas. (Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pro-letramento>)

com os segmentos: Educação Infantil, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental. A Consultora destacou que durante esse processo, esse mesmo grupo se reunia e tudo o que se discutia, transformava-se em material escrito. Em seu ponto de vista, essa dinâmica adotada assemelhou-se a uma orientação de mestrado, pois o ir e vir das discussões e do material escrito muito contribuiu para que esses participantes assumissem a responsabilidade na construção da proposta.

Todavia, uma das dificuldades observada pela Especialista 1 para a permanência desse grupo foi a disponibilidade de tempo. Segundo ela, o grupo de estudos interno iniciou com a participação de quinze colaboradores, mas, ao longo do tempo, foi-se reduzindo, chegando a contar com aproximadamente oito participantes.

Outro desafio, na visão da Especialista 1, foi manter os encontros com o grupo de professores da rede (aqui denominado grupo externo), que buscava nesse espaço/tempo se apoderar do arcabouço teórico que ora estava sendo apresentado na proposta. O grupo que iniciou com a participação de aproximadamente quarenta professores, foi se reduzindo a apenas quinze participantes. Um destaque dado pela entrevistada foi que esse grupo de estudo encerrou suas atividades devido à mudança na gestão administrativa da SE.

A realização dos três Seminários sobre Currículo da Rede Municipal de Juiz de Fora (ocorridos em junho/2010, novembro/2010 e outubro/2012) na visão da Consultora e também da Especialista 1 e Especialista 2, foi muito positiva para se manter o diálogo proposto e estabelecer o elo entre o discurso estabelecido e o texto do documento. Segundo a Consultora, os seminários serviram como um ‘termômetro’ para que se observasse a aceitação acerca do que estava sendo discutido e inserido na proposta, em sua versão preliminar.

A metodologia de trabalho do I Seminário contou com a apresentação dessa proposta, divisão de trabalho em grupos, leitura orientada da 1ª. versão pelos participantes, debates e esclarecimentos entre as consultoras e os participantes, coleta de sugestões para ajustes, acréscimos e/ou cortes a serem incorporados na nova redação da PCLP.

Outro aspecto considerado muito produtivo e positivo por ela foi o fato de a 2ª versão da proposta curricular ter chegado para discussão nas escolas já com os novos assuntos e pontos sugeridos pelos professores no I Seminário. Esse fator acrescentou mais credibilidade ao processo de produção da PCLP.

A dinamicidade das políticas é um aspecto bastante pertinente destacado por Ball. Segundo o autor, é necessário que se pense na velocidade das políticas, em sua dimensão de

tempo e espaço. Isso porque elas podem desaparecer no decorrer de sua trajetória ou ainda levarem um longo tempo para se integrarem no contexto em que estão inseridas (MAINARDES e MARCONDES, 2009).

Pensando nisso, podemos estabelecer uma analogia com o depoimento da Especialista 2, ao considerar que o tempo foi o maior entrave para o processo de desenvolvimento curricular da rede. Segundo ela, seria necessário um tempo maior para análise do material que estava sendo produzido, para que as discussões abrangessem um maior número de profissionais e pudessem, assim, ampliar a base de conhecimento na construção desse novo documento curricular. Acrescenta, ainda, que o professor necessita também de um tempo para se apoderar dos conteúdos, trazê-los à discussão e usar o documento curricular de forma a alcançar o desenvolvimento do aluno.

A Especialista 2 relatou ainda que, com a mudança de administração na SE, no período de 2013 ao primeiro semestre de 2015, mudou-se também a concepção de currículo e as discussões acerca da nova proposta não tiveram continuidade. Entretanto, no período em que se realizava a discussão do currículo da rede, a Secretaria de Educação desenvolveu movimentos nessa direção, como cursos de formação em serviço voltados para a base de discussão curricular, além de Seminários quinzenais realizados no Centro de Formação do Professor (CFP), todos objetivando a continuidade de refletir a proposta em sua implementação.

A dinamicidade dessa política curricular também pode ser comprovada no diálogo estabelecido no Encontro dos coordenadores, no qual se procurou empoderar esses profissionais em relação aos assuntos pertinentes ao currículo da rede de modo a serem discutidos no contexto escolar, durante as reuniões pedagógicas. O retorno desses profissionais atuantes nas escolas foi feito por meio de relatório, que voltou às mãos da equipe de elaboradores.

Um dado numérico merece ser novamente destacado: o fato de 60% das escolas apresentarem à SE o retorno das reflexões feitas. Esse número pode ser o indicador de que o protagonismo docente na construção de uma política curricular pode existir, desde que a este profissional sejam dadas condições para sua participação. Toda essa dinâmica corrobora as argumentações de Lopes (2015), ao expor que

As políticas curriculares não se resumem apenas aos documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação. São produções para além das instâncias governamentais. Isso não significa, contudo, desconsiderar o poder privilegiado que a esfera de governo possui na produção de sentidos nas políticas, mas considerar que as práticas e propostas

desenvolvidas nas escolas também são produtoras de sentidos para as políticas curriculares (LOPES, 2015).

A partir daí, foi realizado um compilado do material vindo das escolas que serviu de base para novas discussões na realização do II Seminário, em novembro de 2010. Conforme relato da Consultora, além da compatibilização da Proposta preliminar com as sugestões enviadas pelas Escolas, nesse período foi acrescido, por sugestão dos professores, o tópico *Orientações para o estudo da poesia no Ensino Fundamental*. Esse fator confirma a reconfiguração do currículo, considerando os textos políticos como produtos de negociações que se firmam nos contextos de elaboração, com a legitimação das vozes constituintes do discurso da política (Ball, 1994).

Destaca-se aqui a perspectiva da parceria entre a SE e as escolas, aspecto importantíssimo considerado por Moreira (2013), o qual rompe com o tradicional e estagnado currículo prescritivo, para dar lugar ao currículo vivo, construído por meio da cooperação, numa forma de valorização e autonomia docente. O quadro a seguir apresenta um panorama da construção do currículo de Língua Portuguesa, na visão da Consultora:

QUADRO 2 - CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO CURRÍCULO DE LP

ASPECTOS POSITIVOS

O envolvimento, disponibilidade e compromisso da equipe com a tarefa de produzir o documento na perspectiva proposta pelas consultoras.

O diálogo aberto com a Secretária e o Departamento de formação.

Os encontros semanais frequentes de estudo e planejamentos.

Os Seminários de discussão da proposta.

As oficinas quinzenais com os professores da rede.

A metodologia de trabalho: forma de construção (redação) partilhada da proposta - várias versões. Situação atual ainda permanece um documento aberto.

ASPECTOS NEGATIVOS

A dificuldade na manutenção da mesma equipe ao longo do processo.

Dificuldade também para conseguir representantes dos dois segmentos do ensino fundamental.

A falta de envolvimento maciço dos gestores no repasse das orientações para encaminhamentos das discussões da proposta.

Também a falta de envolvimento maciço dos professores de LP nas etapas de leitura e avaliação da proposta.

Problemas de infraestrutura: espaço para realização das oficinas, atualização da plataforma Moodle para acompanhamento de estudos e interação com a equipe.

A interrupção das discussões de avaliação e implementação da PCLP por um longo período.

A metodologia utilizada nas oficinas com os professores: **prática reflexiva na ação e sobre a ação.** Dificuldade da Secretaria de mobilizar estratégia de congregação mais ampla dos docentes para participação nas oficinas.

FONTE: BARROSO, T. **Discussão sobre Currículo – Breve histórico.** Juiz de Fora [2012]. 16 slides, color. Acompanha texto.

O documento curricular intitulado *Proposta Curricular da Rede Municipal - Língua Portuguesa* registra, em seu texto de *Apresentação*, a responsabilização das escolas em fortalecer sua identidade no uso desse documento, insistindo no discurso do diálogo aberto entre SE e professores:

A proposta aqui apresentada não pretende excluir o debate e a construção coletiva da identidade institucional da escola. Pelo contrário. A partir deste documento, espera-se que a escola possa refletir e decidir sobre competências, conteúdos e procedimentos pedagógicos fundamentais a seus alunos, considerado tanto os conhecimentos historicamente construídos, de aprendizagem imprescindível, como os saberes necessários, guiados pelas demandas locais, pela realidade, o entorno, a comunidade, enfim. (JUIZ DE FORA, 2012, p. 5)

A nova proposta curricular de LP traz em seu texto uma forma de sistematizar o ensino da língua no ensino fundamental por meio de seis eixos organizadores, que resumem as capacidades de linguagem esperadas pelo aluno, a serem desenvolvidas por meio de desdobramentos e que representam os conhecimentos e atitudes desenvolvidos em cada ano de escolaridade. Esses eixos foram adaptados para a demanda das escolas municipais: (1) Compreensão e valorização da cultura escrita; (2) Apropriação do sistema de escrita; (3) Leitura e gêneros textuais; (4) Produção escrita e gêneros textuais; (5) Produção oral e gêneros textuais; (6) Reflexão linguística e gêneros textuais.

A PCLP também traz nove orientações que a equipe, no processo de produção textual, considerou pertinente inserir, para garantir uma maior clareza na leitura e compreensão dos *Eixos*. São orientações relativas aos quadros que norteiam esses eixos e que, conforme registra a proposta são “um **cardápio de sugestões** de distribuição dos gêneros textuais que poderão ser trabalhados nos anos do ensino fundamental, tomando como princípio a abordagem em espiral” (JUIZ DE FORA, 2012, p. 46).

Dentre essas orientações, uma será destacada aqui, por ter sido mencionada na entrevista dada pela Especialista 1 e pela Consultora A. Ela se refere à forma de abordar cada desdobramento, em cada ano escolar, e indica ao professor uma lógica de abordagem dos conhecimentos e atitudes a serem trabalhados com os alunos, por meio de letras maiúsculas,

numa espécie de código (**I, C, R, T, A**). Essa foi uma das metodologias utilizada no material do Pró-Letramento e inserida na PCLP:

- (I) *Introduzir* novos conhecimentos e atitudes;
- (C) *Consolidar* conhecimentos e atitudes adquiridos após trabalho sistemático;
- (R) *Retomar* conceitos relevantes, já introduzidos e/ou trabalhados, e que servirão de base para avanço;
- (T) *Trabalhar* sistematicamente conteúdos e atitudes relevantes no ano;
- (A) *Aprofundar* conhecimentos já consolidados e expandi-los para situações novas.

Essas abordagens, segundo consta no documento, trazem um formato de ensino em espiral, uma vez que apresenta um movimento de retomadas e aprofundamentos dos conteúdos, sempre respeitando as especificidades etárias e cognitivas dos alunos. Ao *introduzir* o conhecimento, o aluno toma contato com uma nova situação da linguagem, em seu contexto escolar; *consolidar* representa o momento de estabilizar os conhecimentos e atitudes que foram sistematicamente trabalhados; *retomar* conceitos relevantes representa, muitas vezes, a necessidade de se trabalhar novamente alguns conhecimentos para ampliar a capacidade dos alunos e oportunizar a outros seu desenvolvimento; *trabalhar* sistematicamente o conteúdo exige do professor o planejamento de diversas atividades direcionadas ao desenvolvimento dos conhecimentos esperados dos alunos; e *aprofundar* os conhecimentos traduz, muitas vezes, no avanço esperado pelo professor, diante da situação apresentada e ampliação de seus conhecimentos para novas outras situações (JUIZ DE FORA, 2012).

O discurso utilizado no texto do documento deixa clara a intenção primeira firmada entre a equipe de elaboradores da PCLP de que este seja um currículo vivo, posto sempre à discussão dos docentes, pois, apresenta expressões como “A seção 3.3 deste documento apresenta, **para análise e avaliação**, um modelo didático[...]”, “Os Quadros 4 e 5, a seguir, são um **cardápio de sugestões** de distribuição dos gêneros textuais [...]”, “Os quadros estão **abertos à avaliação** da comunidade escolar” (JUIZ DE FORA, 2012, p. 46, 58-*grifos meus*).

A princípio, as próprias sugestões registradas neste documento, a citação ao modelo didático e aos quadros apresentados podem nos levar a inferir a presença de um documento curricular prescritivo, que se contradiz à proposta de construção ao qual ele foi desenvolvido. Assim como destaca Lopes (2014), o currículo marca a constante disputa de poder que nele é engendrada. Dessa forma

Todos nós, nos processos políticos, estamos em luta por constituir hegemonia, de maneira que o que se intitula como *alternativo* também guarda sintonias com o que tem registros de *oficial*, bem como os textos com assinatura oficial estão marcados por sentidos alternativos nos quais buscam legitimação e com os quais negociam em poderes oblíquos (CANCLINI, 1998 *apud* LOPES, 2014).

Todavia um olhar atento deve ser dado ao contexto de produção da PCLP, pois, ao apresentar um modelo didático para análise e avaliação, a proposta enfatiza o processo dialógico objetivado no documento e que fora bastante discutido entre os docentes, durante os encontros proporcionados pelos seminários, uma vez que muitos professores compartilharam suas dificuldades em organizar sua prática a partir das concepções norteadoras da nova proposta. Conforme destacado pela Consultora, esse foi um aspecto muito positivo nesse processo de produção do documento, pois os professores apresentavam sempre bastante disponibilidade para o diálogo.

Outro aspecto pertinente a essa dinâmica de troca e de dialogismo instaurada foi a metodologia prática-reflexiva realizada nas oficinas com os professores, pois estes profissionais apresentavam as práticas e os conteúdos trabalhados em sala de aula e, a partir daí, eram discutidos os fundamentos teóricos da nova PCLP, ficando perceptível o objetivo das oficinas em dar um maior protagonismo aos docentes, no qual eles mesmos percebessem a necessidade de ter sua prática pedagógica alicerçada a uma base teórica orientada pelos pressupostos do novo documento curricular.

Por sua vez, a utilização dos quadros com sugestões de gêneros textuais orais e escritos seguem como uma escolha a ser feita pelos professores, sugerindo-lhes estratégias em seu planejamento. Como a intenção das Consultoras e da Equipe da SE era que a PCLP fosse levada às escolas e continuasse, em seu contexto da prática, sendo analisada e discutida entre os docentes e seus pares, a comissão preocupou-se em destacar o documento como aberto à avaliação.

De acordo com Ball (1994), considera-se, neste contexto, aspectos não só estruturais de elaboração textual, mas também aspectos relacionados às suas experiências de vida relacionadas à escola, que são muito relevantes nesse processo de atuação e que irão refletir no contexto da prática, na medida em que a política tiver que ser representada em contextos materiais, no caso, a escola (MAINARDES e MARCONDES, 2009).

A repercussão do currículo – a PCLP no contexto da prática docente

Pensar na produção textual de uma proposta curricular exige pensar também em quem será seu leitor/interlocutor, quais espaços/tempos eles estarão ocupando no momento de sua leitura, de que forma estarão recebendo esse documento e quais os efeitos poderá produzir nos profissionais que o utilizarão. Ao elaborar uma política curricular, devemos considerar as possibilidades de leitura que serão feitas do conteúdo do documento escrito e, conseqüentemente, as diferentes práticas que podem ser geradas e os novos sentidos que podem ser produzidos.

Sendo assim, apesar dos diferentes contextos em que são produzidos, estes se entrelaçam e entrecruzam, daí a relevância em observar a influência do texto produzido no contexto da prática docente e/ou a influência da prática na elaboração do documento, visto que toda proposta curricular precisa da adesão dos professores para acontecer efetivamente.

Considerando que a prática curricular confere protagonismo ao trabalho do professor, os dados obtidos nos questionários realizados com as professoras, apresenta os aspectos relacionados a sua formação acadêmica, ao seu desenvolvimento profissional e curricular. As profissionais que responderam conhecer a PCLP apresentaram motivos diferenciados de quando tiveram contato com esse documento, mas todas elas, em suas respostas, indicaram que o conhecimento se deu ou por meio das ações vindas da Secretaria de Educação (com a participação no processo de discussão inicial e elaboração do documento nos Seminários) ou de ações promovidas pela escola (em reunião pedagógica).

A Coordenadora I destacou que, para orientar as professoras em seu planejamento anual, ela solicita que seja feita a leitura desse documento e, a partir daí, elas possam estabelecer diálogos com sua prática pedagógica. Ao ser questionada sobre a relação entre o PPP e a PCLP, a Coordenadora I afirmou de forma positiva a estreita relação existente entre as concepções desses dois documentos, enfatizando reconhecer diversas atividades desenvolvidas pelas professoras na Escola que marcam as concepções apresentadas na PCLP, como o desenvolvimento da linguagem oral do aluno, o trabalho com a diversidade de textos que circulam socialmente e são trazidos para a sala de aula, atividades de reflexão da ortografia, projetos abordando a parte curricular diversificada, entre outros procedimentos pedagógicos fundamentais aos alunos.

A professora Célia, do primeiro ano do EF, apesar de não ter participado dos seminários sobre o currículo promovidos pela SE-JF, participou das discussões realizadas na escola em que

ela trabalhava e atuava como diretora, promovendo seminários com profissionais da UFJF, focalizando os estudos de alfabetização e gênero. Segundo ela, as concepções apresentadas nessa proposta curricular estão pautadas nas teorias trazidas por Bronckart, Dolz e Schneuwly, autores que se apoiaram em Bakhtin, teórico no qual a Prof^a Célia baseia suas práticas pedagógicas.

Já Dorinha, professora de uma turma de segundo ano, desconhece a PCLP porque, segundo ela, está na rede municipal há apenas um mês. Por esse motivo também a professora alega não ter observado se há ações movidas pela Secretaria de Educação na implementação do documento na rede ou até mesmo na utilização da PCLP na escola. Entretanto, ela reconhece e utiliza os gêneros textuais em seu trabalho com a linguagem, entendendo que esta é uma forma de levar seus alunos a conhecerem diferentes textos que circulam socialmente, explicando a eles sua finalidade no cotidiano.

Apesar de não ter participado de nenhum dos seminários acerca do currículo e nem das discussões realizadas nas escolas da rede municipal, a Prof^a Fenícia, que atua com turmas dos anos finais, conhece a PCLP desde 2014, quando retomou seu trabalho em sala de aula. De acordo com seu relato, a PCLP é referência em seu planejamento anual, pois traz teorias atuais de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, reconhecendo que são concepções presentes nos PCN, mas que ainda não estão consolidadas no trabalho de todos os docentes em sala de aula.

A Prof^a Flávia, da turma do quinto ano, conheceu o documento na ocasião da discussão ocorrida na Escola, em 2010, quando também foram abordados aspectos relacionados às concepções de aprendizagem, da apropriação do sistema de escrita e sobre os Eixos organizadores do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. Ao expor seu ponto de vista em relação aos aspectos teóricos-metodológicos presentes na PCLP, a Prof^a Flávia diz sentir falta de uma “pitada” do empirismo, ao se lidar com os gêneros textuais em sala de aula, mas ainda assim não vê necessidade de espaço e tempo especiais.

É interessante observar o paradoxo existente nos depoimentos das professoras Fenícia e Flávia, pois, enquanto Fenícia percebe que o trabalho com os gêneros textuais no ensino de Língua Portuguesa ainda não é realizado por todos os professores, apesar de ser uma proposta que permeia documentos curriculares oficiais desde os PCN, Flávia demonstra acreditar que o ensino da língua por esse viés já está internalizado no trabalho do professor, não precisando ser tão enfatizado na PCLP.

A diversidade nas falas das professoras e coordenadoras confirmam a percepção que essas profissionais possuem em relação à PCLP, considerando a afirmação de Pacheco (2003), de que há discursos que também legitimam a política curricular e que são produzidos no contexto das diferentes práticas curriculares “pois a ação pode ser determinada de modo diferente, mas não é determinada pela política” (Ball, 1997 *apud* PACHECO, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PCLP foi produzida objetivando oferecer um novo olhar ao ensino da língua aos professores da rede, conforme o próprio documento registra:

Nos estudos sobre o processamento da aprendizagem e sobre o desenvolvimento da mente humana, destacam-se, dentre outras, duas posturas epistemológicas relevantes para esta proposta curricular: a teoria *interacionista* e a teoria *sociointeracionista*.[...] Esta proposta curricular, apoiando-se nos pressupostos da concepção sociointeracionista de aprendizagem, entende, pois, a linguagem em função duplamente significativa, ao se debruçar sobre ela como objeto de estudo e reflexão e ao utilizá-la como mediadora da interação entre professores e alunos (JUIZ DE FORA, 2012, p. 7-8).

Segundo Ball (1994), os textos políticos nem sempre são claros e coesos, e podem até trazer indefinições de significados em seu discurso, gerando dúvidas em alguns conceitos e informações. Todavia, essa foi uma das preocupações das Consultoras e das representantes da SE na produção escrita da PCLP: construir um documento de fácil entendimento e interação com os professores, com clareza nas concepções, como enfatizado pelas Especialista 1 e Especialista 2, em suas entrevistas:

A pessoa que formou na década de 90, o que acontece, essas discussões...se eu tivesse em sala eu estaria vendo se eu estivesse pesquisando. Mas eu não vivenciei. Pra você entender o currículo, você precisa entender a filosofia desses autores, que são autores que a gente não tirou de trás da orelha. São autores que estão nos documentos atuais das discussões da Língua Portuguesa. [...] eu acho assim, que a proposta, ela não está assim, uma coisa assim.. cheia de códigos, de termos teóricos, não! Ela é uma proposta com uma linguagem bem didática, tanto que o início da proposta são perguntas [...] pra pessoa que nunca viu aquilo ou tem dificuldade ir estudando. Então é uma proposta que foi pensada pra colocar numa linguagem de fácil entendimento [...] por isso foi criado o grupo de estudo. Porque se a pessoa dissesse “Ah, eu não entendi nada disso.”, perai, vamos ver...o que você não entendeu? Tem esse material e esse aqui pra ler.

(Especialista 1)

A Consultora traz a concepção que ela já defendia, que é o sociointeracionismo. A gente resgata um pouco do Construtivismo, mas na perspectiva de que ele é uma construção...mas não é tão livre assim. Ele também tem alguns preceitos que o professor precisa acompanhar

na construção do desenvolvimento do aluno, baseado até no PRO-LETRAMENTO também, que já vinha fazendo essa discussão. A gente busca em alguns momentos da discussão trazer a questão da Alfabetização e do Letramento... O que o PACTO³ traz hoje [2016], nosso currículo já vinha trazendo lá atrás, que era saber mais sobre alfabetização, aquisição da escrita, mas também saber um pouco mais sobre os eventos de letramento. Então, assim...discutir sobre eventos de Letramento, o sair desse espaço social, onde a escrita está inserida [...]então a gente já vinha trabalhando essas questões dentro do currículo.

(Especialista 2)

Muito mais que propor os conteúdos a serem seguidos, o texto da PCLP reflete a preocupação de ‘abastecer’⁴ o docente de conhecimento, uma vez que esta nova proposta possui um remetente e um destinatário em comum, que são os próprios professores que ajudaram na constituição do documento curricular e que o utilizarão em sala de aula.

Dessa forma, a interação estabelecida entre falar e ouvir, entre oficial e cotidiano está textualmente imbricada na produção desse novo documento curricular. Seguindo esse raciocínio, apoio-me em Bakhtin (2003) para compreender a tessitura das palavras que irá se formar com base no caráter interativo da linguagem, a partir de sua natureza sócio- histórica.

Sendo assim, as concepções trazidas neste documento foram previamente discutidas, numa forma de reflexão conjunta com seus pares sobre a adequação do ensino do Português aos alunos da rede municipal, observando o que atualmente se espera do falante da língua que é atuar em diversas e diferentes situações de comunicação, utilizando os diferentes gêneros de texto.

Portanto, se o ensino de Língua Portuguesa nas escolas deve desenvolver a competência discursiva dos alunos para utilizarem eficazmente a linguagem nas diversas situações sociocomunicativas, produzindo textos orais e escritos coerentes e coesos, adequados aos seus interlocutores, aos assuntos tratados e aos seus objetivos, é fundamental considerar os gêneros textuais como instrumentos indispensáveis (JUIZ DE FORA, 2012, p 14).

³ O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. [...] Ao aderir ao Pacto, os entes governamentais se comprometem a: alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática; realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental; no caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação. (Disponível em <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>)

⁴ Termo utilizado pela Consultora, em sua entrevista.

O contexto em que se produziu o discurso do texto muito influenciou a preocupação desse grupo. O texto se organizou de forma coerente com essa preocupação. Conforme as Especialistas 1 e 2 declararam em suas entrevistas, um dos grandes desafios no processo de elaboração da proposta foi a falta de embasamento teórico por parte dos docentes em relação às perspectivas de ensino e concepções que estavam sendo utilizadas neste documento curricular.

Por essa razão foi formado o grupo de estudo para que os professores pudessem se inteirar de tais concepções e realizarem discussões que pudessem ampliar seus conhecimentos. A equipe da Comissão resolveu também registrar essas concepções de forma bem clara no novo documento curricular, estabelecendo a linguagem como lugar de interação humana, conforme preconizam Bakhtin (2003) e Vygotsky (2008).

Até mesmo a estrutura composicional da PCLP foi elaborada para atender às dificuldades de compreensão dos professores em relação a alguns conceitos e/ou teorias. Os títulos das seções, por exemplo, foram elaborados por meio de perguntas, tornando o texto mais didático, conforme esclarece a Consultora A.

Conforme afirmação de Roldão (1999, os professores foram e ainda são os agentes e os principais decisores na gestão dos processos curriculares, ainda que não sejam os únicos e ainda que não sejam totalmente autônomos. Faz-se muito pertinente também as reflexões trazidas pela autora em relação ao que a escola deve ensinar e qual a finalidade de um currículo escolar. Esses são questionamentos que deveriam permear sempre as concepções e planejamentos dos profissionais das instituições de ensino, considerando-os essenciais no desenvolvimento de seu trabalho.

Sendo assim, o processo de desenvolvimento curricular do docente torna-se cada vez mais importante, pois gerir o currículo implica ao docente, primeiramente, concebê-lo como um projeto contextualizado e diferenciado ainda que sempre balizado por núcleos essenciais de aprendizagem indispensáveis à sobrevivência social e cultural do indivíduo. Implica também gerir conteúdos, metodologias, prioridades, projetos integradores em função da utilidade do aluno – trabalhando de forma efetiva *o quê* e *o como* da aprendizagem, objetivando *o para quem* e *o para que* dessa aprendizagem. O desenvolvimento curricular, assim, ‘Traduz-se em lógicas de trabalho docente mais autônomas e mais colaborativas e mais gratificantes’ (ROLDÃO, 1999, p.29).

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALL, S.J. Educational reform: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.164 p. In: BALL, S. e MAINARDES, J. (org.). **Políticas educacionais – questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BORGES, Flávia Girardo Botelho. **Os gêneros textuais em cena: uma análise crítica de duas concepções de gêneros textuais e sua aceitabilidade na educação no Brasil**. *Rev. bras. linguist. apl.* [online]. 2012, vol.12, n.1, pp. 119-140. ISSN 1984-6398.

BOWE, R. e BALL, S. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

DIAS, R. E., ABREU, R. G. de, LOPES, A.C. Stephen Ball e Ernesto Laclau na pesquisa em política de currículo. In: FERRAÇO, C. E., GABRIEL, C. T., AMORIM, A. C. (org.). **Teóricos e o campo do currículo**. Campinas-SP: FE/UNICAMP, 2012. E-book.

JUIZ DE FORA. Secretaria de Educação. **Proposta Curricular da Rede Municipal Língua Portuguesa**, 2012.

LOPES, A. C. e MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, A. C. **Sentidos da prática nas políticas de currículo**. Disponível em www.curriculo-uerj.pro.br. Acesso em junho/2014.

_____. **Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?**. Revista Brasileira de Educação. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a08.pdf>. Acesso em março/2015.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. In: **Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/MG FURB**, v. 1, n. 2, p. 94-105, maio/ago, 2006.

MAINARDES, J. e MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan/abr 2009.

MOREIRA, A. F. B. **Currículo e gestão: propondo uma parceria**. Ensaio: avaliação e política pública. Educ. RJ, vol 21, n. 80, 2013.

PACHECO, J. A. **Políticas curriculares – referenciais para análise**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROLDÃO, Maria do Céu. **Os Professores e a Gestão do Currículo**. Porto-Portugal: Porto Editora, 1999.

ROJO, R. (org.) **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2000 VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.